

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: A PERSPECTIVA DE ALFABETIZAR LETRANDO-AVANÇOS E DESAFIOS**

### ***DOCENTES FORMACIÓN DE DOCENTES DE ALFABETIZACIÓN: LA PERSPECTIVA DE LA ALFABETIZACIÓN. LETRANDO-AVANCES Y DESAFÍOS***

### ***TEACHER TRAINING LITERACY TEACHERS: THE PROSPECT OF ALFABETIZAR. LETRANDO-ADVANCES AND CHALLENGES.***

Vera Maria Souto ALVES<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de vivência e reflexão enquanto formadora dos Programas de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores lançados pelo Ministério da Educação – Profa- Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, em 2001 e Pro-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em 2007; nos Municípios de Conde e Alhandra-PB, ministrados através das Secretarias de Educação e, também, como supervisora escolar que acompanhou a prática pedagógica de professoras cursistas do PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, em 2013; o referido curso encontra-se em andamento nos municípios, o mesmo visa atender a meta prevista no PNE vigente. É destinado a professores das redes públicas que estão em exercício da docência nos ciclos da alfabetização do ensino fundamental. O objetivo aqui é retratar a proposta do referido curso (PNAIC), sua concepção de alfabetização e letramento, visando uma maior compreensão teórica e as repercussões na prática docente, relatando os desafios e os avanços, observados nessa transposição didática.

**PALAVRAS-CHAVES:** Alfabetização. Letramento. Formação de professor alfabetizador. Prática docente.

**RESUMEN:** *Este artículo es fruto de la experiencia y la reflexión mientras continúa formación programas de formación de profesores profesores liberada por el programa de formación del profesorado Ministerio de educación para maestros, profesores en 2001 y programa de formación continuada de Literacy Pro para profesores de serie inicial/años de la escuela primaria, en 2007; en los municipios de Earl y Alhandra-PB, administrado a través de los departamentos de educación y también como supervisor de la escuela que acompaña la práctica pedagógica de estudiantes de maestro de maestros del Pacto de PNAIC Nacional de alfabetización en la edad adecuada, en 2013; Este curso está en marcha en los municipios, el mismo tiene como objetivo cumplir con el objetivo establecido en el PNE. Está destinado a docentes de las redes públicas que están en la enseñanza de ejercicio en los ciclos de la educación primaria. El propósito aquí es retratar la propuesta de este curso (PNAIC), su concepción de la alfabetización*

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Mestra em Letras. Pós-graduação em Psicologia Escolar e Aprendizagem. Graduação em pedagogia – habilitação: Supervisão Escolar. E-mail: vera\_soutoalves@hotmail.com.

y alfabetización, con el objetivo de un mejor entendimiento y las repercusiones en la práctica docente, informar a los retos y avances, en esta transposición didáctica.

**PALABRAS CLAVE:** Alfabetización. Alfabetización. Formación de maestro.

**ABSTRACT:** *This article is the fruit of experience and reflection while Continuing training programmes training of Teachers Teachers released by the Ministry of Education-Teacher-training program for Teachers, Teachers in 2001 and Pro-Literacy-Continued training programme for teachers of Years/Initial Series of elementary school, in 2007; in the municipalities of Earl and Alhandra-PB, administered through the departments of Education and also as school supervisor who accompanied the pedagogical practice of teachers teacher students of PNAIC-National Pact For Literacy at the right age, in 2013; This course is in progress in the municipalities, the same aims to meet the goal set out in PNE. Is intended for teachers of public networks that are in teaching exercise in cycles of elementary literacy. The purpose here is to portray the proposal of this course (PNAIC), your conception of literacy and literacy, aiming at a better understanding and the repercussions on teaching practice, reporting the challenges and advances, observed in this didactic transposition.*

**KEYWORDS:** Literacy. Literacy. Teacher training teacher. Teaching practice.

## Introdução

De acordo com o parecer nº 07 /2010, do Conselho Nacional de Educação que fixa as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos, fica explícito no, Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar à todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos. É necessário entender que os três anos iniciais devem assegurar a alfabetização e o letramento e que o princípio da continuidade da aprendizagem não seja traduzido como “promoção automática” do aluno, para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e aprendizagem, a promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens. Essa proposta de organização exige mudanças no currículo para melhor trabalhar com diversidade dos alunos e permitir que eles progridam na aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para recuperar os alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de construção do conhecimento. (MEC, SEB, DICEI, 2013).

Segundo Piccoli (2012), duas ponderações são necessárias, a primeira se refere à continuidade dos estudos no sentido de evitar a retenção e a evasão, o que pressupõe o compromisso com o ensino e a aprendizagem; é preciso considerar e assegurar que os conhecimentos básicos necessários para a aprovação dos alunos estejam consolidados, evitando assim, futuras evasões e retenções. E a segunda se refere ao ciclo de alfabetização e letramento, onde está separando os dois conceitos - o primeiro como aprendizagem do sistema de escrita de base alfabética e o segundo como aprendizagem dos usos e das funções da linguagem escrita, a leitura e a produção de diferentes gêneros de texto. Tais aprendizagens, que devem ocorrer paralelamente aos três anos iniciais, exige, portanto, trabalho pedagógico sistemático, garantindo tanto a compreensão do funcionamento da escrita alfabética quanto a aprendizagem dos diferentes gêneros textuais. Nem repetência nem aprovação automática produzem aprendizagem o que produz aprendizagem é o ensino, seja ele seriado ou em ciclo.

O Senado Federal, de acordo com Projeto de Lei da Câmara Nº103 de 2012, aprova o Plano Nacional da Educação PNE por vigência de 10 anos (2011- 2020), decreta em seu Art. 2º- São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; dentre outras; e no Art. 5º - A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias:

- I Ministério da Educação-MEC;
- II Comissões de Educação e cultura da câmara dos deputados e da educação, cultura e esporte do senado federal;
- III Conselho Nacional de Educação;

Compete, ainda, as instâncias referidas:

§ 2º- A cada dois anos, ao longo da vigência do PNE, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Texeira- INEP divulgará o estudo voltado para o aferimento do cumprimento das metas.

Meta 5: Alfabetizar as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Estratégia: Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de Pós-Graduação stricto-sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9394/96, no Art. 87, atribui aos Estados e à União a responsabilidade de realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando, também para isso, os recursos da educação à distância.

De acordo com o que prevê a Lei o Ministério da Educação - MEC, implementa, através dos Municípios e Estados Programas de Formação Continuada específicos para Professores Alfabetizadores: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA – 2002 - é um curso de aprofundamento que objetiva desenvolver as competências profissionais necessárias aos professores que ensinam a ler e a escrever. São dois os conteúdos recorrentes: Como acontecem os processo de aprendizagem da leitura e da escrita e como organizar a partir desse conhecimento, situações didáticas adequadas às necessidades de aprendizagem dos alunos-(Piccoli,2012); Pró- Letramento – 2006- este programa possibilita a formação continuada de professores, visando a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura, escrita e matemática dos anos iniciais do ensino fundamental-(Piccoli,2012) e o mais recente, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff. O pacto tem o objetivo de garantir a alfabetização das crianças brasileiras até os oito anos de idade ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

Discutir a respeito da repercussão dos programas de formação de professores alfabetizadores no aprimoramento das práticas pedagógicas de alfabetização é de fundamental importância, especialmente em virtude da proposta de alfabetizar letrando. É com a intenção de relatar as dificuldades e perspectivas de avanços existentes no

complexo processo de alfabetização que optei por retratar a concepção teórica que norteia o curso, buscando dar maior clareza da sua abordagem teórica e refletir a respeito das mudanças que outrora se efetivaram ou não na prática docente dos professores alfabetizadores que participaram do curso, e as contribuições e entraves advindos de tal formação. O desafio colocado à formação em serviço de professores alfabetizadores está em considerar, simultaneamente, as contribuições dos estudos teóricos sobre a aquisição da escrita e a prática concreta, real, dos professores. (Cadernos Cevec, apud, KRAMER, 1988).

Perrenoud (2002) salienta que para formar um profissional reflexivo é preciso acima de tudo formar um profissional capaz de dominar sua própria evolução, construindo competências e saberes mais ou menos profundos a partir de suas aquisições e de suas experiências. A formação dos professores alfabetizadores é o mecanismo fundamental no qual são desencadeadas mudanças significativas na prática pedagógica, através dela, muitos docentes podem não apenas discutir o tema alfabetização, mas reconstruir suas concepções sobre a educação como um todo. No entanto, a formação não se faz antes da mudança de postura do docente, pois cada educador deve ser responsável por sua ação educativa, e esta mudança ocorre aos poucos justamente durante o processo de formação.

Ao discutir-se formação docente, é imprescindível atrelar à tal processo as relações vivenciadas pelos docentes na escola e, a partir dessas relações considerar as diversidades e pluralidade envolvidos nesse contexto.

Existe, nos processos de formação para a docência, um cabedal de conhecimento considerados necessários ao exercício da profissão; existe também a consciência de que a atenção é importante e necessária para o entendimento da situação pedagógica, construída a partir da própria história dos processos de formação/escolarização dos professores(...). (RODRIGUES, 2003, p. 84).

As reflexões devem ser conduzidas à luz da teoria que preconiza, levando os docentes a reconstruir e recontextualizar suas certezas, e discutir por que e como alfabetizar na perspectiva do letramento; essa é a priori a postura do formador.

Atualmente, encontramos inúmeras publicações relacionadas ao tema nas mais diversas perspectivas, citemos alguns: Ferreira e Machado (2014); Marques, Aguiar, Campos (2009); Alfares, Mainardes (2012); Ansilheiro, Rosa (2014); Kleiman (2008), dentre outros, o que evidencia a atenção para essa temática.

## **PNAIC: princípios gerais**

Este Pacto surgiu como esforço para garantir o direito de alfabetização plena até o final do ciclo de alfabetização; busca-se, então, o aperfeiçoamento profissional dos professores alfabetizadores. Este Pacto é constituído por um conjunto integrados de ações. As ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação:

- 1- Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudos;
- 2- Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
- 3- Avaliações sistemáticas;
- 4- Gestão, controle social e mobilização.

Os professores inseridos no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa recebem um curso de formação presencial com duração de dois anos com carga horária de 120 (cento e vinte) horas por ano. O PNAIC propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores são conduzidos por orientadores de estudo, são professores das redes (municipal e estadual) que fazem um curso específico com 200 (duzentas) horas de duração por ano ministrado por universidades públicas. No estado da Paraíba a formação dos professores ficou cargo da Universidade Federal da Paraíba.

Para subsidiar as discussões sobre alfabetização na perspectiva do letramento, os orientadores de estudos e os cursistas recebem materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizadas pelo MEC. Assim, trata do ciclo de alfabetização em uma perspectiva interdisciplinar, com sugestões e reflexões sobre princípios de gestão e a sua organização. Um dos objetivos principais é o aprofundamento de estudo junto ao professor, visando contribuir para entender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento.

O trabalho proposto nesse programa visa desenvolver ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.

O currículo, a partir dos “direitos de aprendizagens”, pode se configurar como produto histórico-cultural, norteador dos conhecimentos, pois ao mesmo tempo em que reflete as relações pedagógicas da organização escolar, permite planejar e orientar as progressões do ensino e das aprendizagens, assim como delimita os saberes que devem ser construídos pelas crianças ao final de cada ano escolar do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2012c, p.16-17 apud, BRASIL, 2015).

As questões referentes à sistemática de avaliações decorrem de forma processual e continua durante os encontros presenciais, podendo ser desenvolvidas e realizadas pelo professor junto aos educandos e através da aplicação de uma avaliação externa, pelo INEP, que tem por objetivo aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

A gestão, o controle social e a mobilização são geridas por quatro instâncias – Comitê Gestor Nacional, Coordenação Estadual e Municipal, fortalecendo a articulação das mesmas com o Ministério da Educação, assegurando o funcionamento do programa visando a qualidade no alcance dos objetivos propostos.

### **A proposta: alfabetizar letrando.**

Como desenvolver práticas de alfabetização nessa perspectiva? Seriam essas práticas efetivas? Muitos artigos têm sido desenvolvidos com o objetivo de tratar como os professores estão construindo práticas de alfabetização na perspectiva do alfabetizar letrando e investigar a relação dessas práticas com a aprendizagem dos alunos; pesquisa feita por Castanheira (2009); Piranatto (2008); Garcia (2011); dentre outros; ressaltam a importância de que o trabalho com a escrita na escola aconteça de forma significativa e contextualizada, no uso de prática cotidiana.

Os conceitos de alfabetização e letramento abordados por Emília Ferreiro, Magda Soares, Paulo Freire, autores com estudos reconhecidos no tocante a alfabetização, não apresentam a mesma conotação, o que evidencia uma complexidade para o termo alfabetização. Segundo Piccoli (2012), Freire utilizou o conceito de alfabetização e não de letramento, pois sua concepção de alfabetização era tão ampla que englobava e superava o conceito de letramento; trabalhava a consciência crítica dos sujeitos acerca da realidade, questionava a alfabetização apenas como técnica de codificar e decodificar; Ferreiro (2006), definiu que alfabetização é poder transitar com eficiência e sem temor nas práticas sociais ligadas a escrita, dá preferência a expressão “cultura escrita” em lugar de “literacy” (letramento) defendendo que a participação da criança em contextos sociais nos quais a língua escrita é produzida e interpretada ocorreria muito antes do ensino formal e sistemático realizado na escola; Soares (apud, Martins, 2009), afirma que, para entrar nesse mundo do conhecimento o aprendiz necessita do domínio da tecnologia da escrita – sistema alfabético e ortográfico- que se

obtem por meio do processo de alfabetização, e o domínio de competência de uso dessa tecnologia – é saber ler e escrever em diferentes situações e contextos - que se obtém por meio do processo de letramento. Distinguir alfabetização e letramento sem haver independência e precedência de um processo em relação ao outro é o seu maior argumento. (PICOLLI; CAMINI, 2012a).

Essas perspectivas apontam para a possibilidade dos alunos se apropriarem do sistema de escrita alfabética, ao mesmo tempo em que ampliam suas experiências de letramento, desde que sejam submetidos às atividades sistemáticas de alfabetização que os levem à refletir sobre o sistema de escrita, assim como as atividades de leitura e produção de textos.

A importância de se considerar os usos e funções da escrita com base no desenvolvimento de atividades de leitura e escrita na escola foi incorporado, principalmente a partir da década de 1990, a um novo conceito de alfabetização: o de letramento. Segundo Soares, (1998):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, apud PNAIC, 2012).

Não basta dominar o sistema de escrita alfabética, mas a criança deve desenvolver a habilidade de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, é importante que no planejamento didático possibilitemos a reflexão sobre esses conhecimentos. Criar situações de leitura autônoma dos alunos bem como possibilidades de produções textuais de forma significativa.

A rotina do ciclo de alfabetização, portanto, deve ser pensada de modo a que as crianças sejam postas em situações em que sejam auxiliadas a compreender o funcionamento do sistema de escrita e a consolidar as correspondências grafofônicas, no caso das que já dominaram os princípios básicos da escrita alfabética. (PNAIC, 2012, p. 17).

Desse modo, entende-se que o papel da escola passa a ser o de ensinar o sistema de escrita propiciando condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos, espera-se que a pessoa alfabetizada seja capaz de ler e escrever em diferentes situações sociais, para que possa, então, inserir-se e participar de um mundo letrado. “Não se lê e se escreve no vazio”. É preciso entender as práticas

culturais, ser capaz de construir conhecimentos e participar de modo ativo nos diferentes espaços de interlocução”. (PNAIC,2012). É preciso, portanto, ampliar o universo cultural das crianças, por meio da apropriação de conhecimentos relativos ao mundo social e da natureza.

Não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar, trata-se de alfabetizar letrando. Quando se orienta a ação pedagógica para o letramento, não é necessário, nem recomendável, que, por isso, descuide-se do trabalho específico com o sistema de escrita; ou seja, não se pode deixar de tratar sistematicamente da dimensão linguística da língua escrita, que envolve os aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos.

### **Alfabetizar letrando: repercussões na prática docente**

Até muito recentemente, considerava-se que a entrada da criança no mundo da escrita se fazia apenas pela alfabetização, pelo aprendizado das primeiras letras pelo desenvolvimento das habilidades de codificação e decodificação. O uso da língua escrita em práticas sociais de leitura e produção de textos, seria uma etapa posterior à alfabetização, devendo ser desenvolvidos nas séries seguintes, porém, concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita vêm mostrando que se o aprendizado das relações entre as letras e os sons da língua é uma condição do uso da língua escrita, esse uso também é uma condição da alfabetização ou do aprendizado das relações entre as letras e os sons da língua.

Já não se considera alfabetizado aquele que apenas declara saber ler e escrever, mas aquele que sabe usar a leitura e a escrita para exercer uma prática social em que a escrita é necessária. (SOARES, apud, MENDONÇA, 2006, p. 16).

É para essa nova dimensão da entrada no mundo da escrita que se buscou uma nova palavra, letramento; ela serve para designar o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades, necessários para usar a língua em práticas sociais. Por meio desse conceito, a escola ampliou assim, o seu conceito de alfabetização. Assim, o desafio que se coloca hoje para os professores alfabetizadores é o de conciliar esses dois processos, de modo a assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético /ortográfico e a plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e de escrita. A reflexão sobre como integrar alfabetização e letramento em sala de aula gira em torno de quatro

componentes do aprendizado da escrita; compreensão e valorização da escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura e produção de texto escrito, a partir da compreensão dessa complexidade é que se te falado em alfabetização e letramento como fenômenos diferentes e complementares.

Os desafios que se delinearão a partir da implantação do Ciclo de Alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental e a garantia dos direitos de aprendizagem, trouxeram a necessidade de reflexão sobre as práticas docentes dos professores alfabetizadores. O ciclo de alfabetização baseia-se no pressuposto de que os diferentes saberes devem ser estudados integrando diversas áreas de conhecimento. Assim, a interdisciplinaridade é vista como uma estratégia de organização do ensino que favorece a contextualização do currículo e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos. Acreditando que a interdisciplinaridade possibilita que conteúdos que seriam dados de forma convencional possam ser ensinados de maneira articulada, a alfabetização na perspectiva do letramento, no que tange as questões pedagógicas, de forma geral e específica, assumi uma perspectiva interdisciplinar.

Segundo Cruz, (apud Brasil, 2015c, p.11) as discussões acerca da interdisciplinaridade como elemento estruturante do plano curricular visam romper com a fragmentação de conteúdos no ciclo de alfabetização. A ideia é planejar e organizar o tempo sem fragmentar as áreas de conhecimentos. Diante dessa nova proposta de alfabetizar o professor demonstra dificuldade em realizar um trabalho pedagógico interdisciplinar, isso ocorre, provavelmente pela formação da grande maioria ter sido conduzida por uma visão positivista e fragmentada do conhecimento.

O professor “se senti inseguro de dar conta da ‘nova’ tarefa. Ele não consegue pensar interdisciplinarmente porque toda a sua aprendizagem realizou-se dentro de um currículo compartimentado” (KLEIMAN; MORAIS, 2002 apud Brasil, 2015c, p.11).

Essas dificuldades demonstram que muitos professores não têm conseguido, de modo efetivo, lidar com o trabalho interdisciplinar. Muitas vezes os mesmos demonstram conhecimento acerca do que é um trabalho nessa perspectiva, contudo, na condição de supervisora escolar que acompanhou todo o processo de construção das sequências didáticas que foram realizadas em sala de aula, evidenciamos a difícil tarefa do professor em abordar nas suas aulas temas de forma a integrar as diferentes áreas de conhecimentos, pensando na alfabetização na perspectiva do letramento. Entretanto, ratificamos a necessidade da permanência da interdisciplinaridade, que ela ocorra de

fato, consolidando-se nas práticas dos professores. Esse processo envolve a integração e o engajamento de educadores, com vistas a superar a fragmentação e a formar integralmente os alunos, somente desse modo os alunos poderão desenvolver os direitos de aprendizagem defendidos no PNAIC e exercer criticamente a cidadania.

Segundo Lerner (apud PICOLLI; CAMINI, 2006, p. 13), ensinar a ler e a escrever tem transcendido amplamente o que se entende por alfabetização; o desafio que a escola enfrenta é o de incorporar o aluno à cultura escrita e sua relação com os textos. Para tanto, temos um amplo e variado universo de possibilidades de uso da leitura e da escrita que ocorre nas mais diversas esferas das quais as crianças participam. Para pessoas que convivem em comunidades letradas (as pessoas realizam, em seu cotidiano, práticas com base no uso de materiais escritos), o contato com atividades de leitura pode acontecer muito antes de sua vivência no período de escolarização.

A leitura de um texto, em voz alta, para uma pessoa (criança ou não) que não sabe ler, é um exemplo de contato com a leitura que pode acontecer fora do ambiente escolar. Em comunidades não letradas (aquelas em que as relações sociais se fundamentam em usos orais de linguagem), a relação com a escrita pode ser garantida muitas vezes, apenas através da escola. (PIETRE,2009). Daí a necessidade de inserir nas salas de aula atividades que visem promover tanto o domínio de capacidades inerentes ao processo de alfabetização quanto ao conhecimento dos diversos usos sociais da leitura e da escrita. Nesse contexto, introduzir diferentes gêneros textuais no processo de ensino passa a ser condição para que o aluno tenha acesso à textos que circulam em diferentes esferas sociais.

Encontramos professores que consideram a importância da interação dos alunos com os diferentes gêneros textuais, mas que na sua prática em sala de aula, ainda recorrem aos pseudotextos; acreditam que somente após o processo de alfabetização é que deve ser iniciado o processo de letramento, ou seja, que para se tornar letrado, é preciso, primeiramente, adquirir a tecnologia da escrita; outros ao contrário privilegiam a interação com textos, entretanto, não dão atenção aos aspectos específicos da alfabetização. A relação entre alfabetização e letramento tem levado a concepção equivocada de que os dois termos se confundem; entretanto, são processos diferentes: respectivamente; domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever ensinada através de uma contextualização significativa e atividades de letramento - desenvolvidas através de um contexto de práticas sociais de leitura e de escrita.

O desafio colocado à formação em serviço de professores alfabetizadores está em considerar, simultaneamente, as contribuições dos estudos teóricos sobre a aquisição da escrita e a prática concreta, real, dos professores. (KRAMER, 1988).

Percebe-se, também, dúvidas em relação a que conteúdos e quais atividades devem ser propostas na sala de aula de forma a atender a essa nova perspectiva de alfabetização, como por exemplo: deve-se ensinar as letras do alfabeto, como fazê-lo; qual o lugar da memorização de famílias silábicas no processo de aprendizagem da escrita; como trabalhar a partir dos gêneros textuais; deve-se fazer cópia de textos e ditado de palavras; como selecionar e elaborar as atividades de alfabetização e letramento na sala de aula; dentre outros. Isso revela que muitas são as dúvidas e dificuldade que permeiam a prática de ensino na perspectiva de alfabetizar letrando.

Destacamos outro elemento de grande dificuldade de alguns professores, organizar as aulas através de uma sequência didática; entendida como atividade pontual do curso; não conseguem integrá-la na preparação de suas aulas cotidianas. Os conteúdos que utilizam na sala de aula, pautados na proposta curricular adotada pelo município e nos livros didáticos não são vistos como elementos que possam ser trabalhados na perspectiva do programa (PNAIC); ou seja, não conseguem fazer a correlação entre a teoria e a prática cotidiana na sala de aula. Entretanto, vale salientar que nos deparamos com atividades propostas por professores que buscam implementar em sua sala de aula um trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento, buscando proporcionar a construção de habilidades para o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita;

Implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros... habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos. (SOARES apud CASTANHEIRA, 2009).

Nesse sentido, não basta saber ler (decodificar) é preciso compreender a leitura de forma a extrair dela as informações necessárias para o dia a dia, atitudes de inserção efetiva do aprendiz no mundo da leitura e da escrita. Nessa perspectiva, ressaltamos, também, a implementação de um período de sondagem inicial (diagnóstico da turma), para que se possa descobrir o que cada aluno já sabe sobre o sistema de escrita alfabética, o que permite um acompanhamento dos avanços na apropriação desse sistema pelo aluno. Outra ressalva positiva é em relação a iniciar o processo de

alfabetização a partir dos nomes dos alunos, buscando contextualizar o uso das letras do nosso alfabeto.

Percebemos avanços no sentido da proposta apresentada de alfabetizar letrando, contudo, sentimos que muitos desses conceitos ainda deixam questionamentos nos professores no momento em que é necessário planejar o roteiro de aula e descrever as atividades que serão propostas aos alunos, no sentido de trazer para a vivência da sala de aula essa nova abordagem. Diante da complexidade de alfabetizar letrando o professor é desafiado a assumir uma postura que envolve o conhecimento e o domínio da perspectiva teórica que irá subsidiar sua prática;

A prática de ensino é uma ação intencional, que procura atingir determinados fins apoia-se em conhecimento sobre como funciona a sala de aula, os conteúdos a serem ensinados e qual o perfil dos alunos que são objeto desse ensino. (CASTANHEIRA, 2009).

Por isso o professor precisa agir como agente desse processo, definindo diretrizes de seu trabalho, sabendo conduzi-las e adequá-las as condições de sua realidade. Espera-se que orientados por esses aspectos o professor produza resultados satisfatórios sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Entretanto, essas práticas ainda são desafios a serem superados pelos professores e também pela escola que articula suas práticas através de postura pedagógica pautada e organizada de forma disciplinar moldando os conteúdos e áreas de conhecimento.

### **Considerações finais**

Os cursos de formação de professores alfabetizadores, atualmente o PNAIC, tem contribuído sobremaneira para o aprofundamento e estudos sobre a perspectiva do alfabetizar letrando, embora, ainda seja evidente a distância, em muitos casos, entre o discurso e a prática pedagógica docente. Toda prática pedagógica está pautada em um referencial teórico que orienta e subsidia o trabalho de alfabetizar e que a partir do instante que começamos a incorporar novos conhecimentos à esse referencial por meio de cursos de formação, interação com colegas de trabalho e com os alunos na sala de aula, nosso trabalho vai sendo modificado. Nesse processo, podemos afirmar que nossas práticas vão sendo alteradas em função dessas vivências e de novas compreensões sobre o que e como alfabetizar.

As experiências nos cursos de formação docente nos têm mostrado que são muitas as dúvidas dos professores que lidam cotidianamente com o trabalho de alfabetizar e letrar. Acreditar que é possível alfabetizar letrando é um aspecto a ser refletido, o ato de ensinar a ler e escrever, mais do que possibilitar o domínio de uma tecnologia cria condições para a inserção do sujeito em práticas sociais. Daí a importância de entendermos a sala de aula como um espaço que possa promover tanto o domínio de capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos nos diversos usos sociais da leitura e da escrita. Essa expectativa por parte do professor é que possibilitará o surgimento de uma atitude positiva em relação a alfabetização e ao letramento.

## REFERÊNCIAS

AROEIRA, Maria Luísa.; PORTO, Amélia.; BIZZOTTO, Maria Inês. **Alfabetização linguística da teoria à prática**. Belo Horizonte, Dimensão, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa/Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CASTANHEIRA, Maria Lucia.; MACIEL, Francisca Izabel Pereira.; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.). 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora: Ceale, 2009 - (Coleção **Alfabetização e Letramento na sala de Aula**).

FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do alfabetizar letrando**: da oralidade à escrita. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de Professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.

MACHADO, Rosiani Terezinha Soares.; FERREIRA, Carmen Regina Gonçalves. **Alfabetização e letramento**: algumas concepções sob o olhar de orientadoras de estudo do PNAIC. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

MENDONÇA, Rosa Helena.; CARVALHO, Maria Angélica Freire (Orgs). **Práticas de leitura e escritas**. Brasília: Ministério da Educação 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica, **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor profissionalização e razão pedagógica**. Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2002.

PICCOLI, Luciana.; CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Edelbra, 2012.

PIETRE, Emerson. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Construindo a profissionalização docente**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. UFPB.

### Como referenciar este artigo

ALVES, Vera Maria Souto. Formação de professores alfabetizadores: a perspectiva de alfabetizar letrando-avanços e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n. esp.2, p. 1353-1367, nov. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10848>>. ISSN: 1519-9029.

**Submetido em:** 30/06/2017

**Aprovado em:** 29/07/2017